

QUESTÕES SOBRE A ÉTICA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, EM ESPECIAL NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Regina Helena de Freitas Campos - Universidade Federal de Minas Gerais

As diretrizes sobre a ética na pesquisa com seres humanos no Brasil tem sido tratadas pelo Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução 466/2012, que regula a autorização para esse tipo de pesquisa no país, da Resolução 510/2016, que regula a ética na pesquisa em Ciências Humanas, e da manutenção do sistema de comitês de ética na pesquisa para aplicar as normas em vigor.

Apesar dos questionamentos que a necessidade de autorização para os procedimentos empíricos de coleta de dados tem suscitado, a existência desse sistema de promoção dos princípios éticos que devem regular a pesquisa científica com seres humanos tem sido saudada como pertinente e relevante. As iniciativas de concretização de procedimentos que garantam o respeito à dignidade e integridade dos participantes da pesquisa científica são bem vindas exatamente por garantir a proteção adequada a esses participantes, sem cuja colaboração a pesquisa seria impossível.

Sabemos que a preocupação com a ética na pesquisa científica tem origem em momentos significativos de avanço da luta pelo respeito aos direitos humanos, como a aprovação do Código de Nuremberg, de 1947, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e as reflexões e documentos sobre as relações entre a bioética e os direitos humanos. As ações do Conselho Nacional de Saúde constituem passo significativo para o aprimoramento ético da pesquisa com seres humanos no Brasil.

Nessa apresentação, vou apresentar alguns aspectos da pesquisa em ciências humanas e em educação que, a meu ver, podem sim ser considerados como associados aos conceitos oriundos da bioética. Vou também defender o argumento de que as metodologias de coleta de dados desenvolvidas no interior das ciências humanas (incluindo aí as ciências da educação) estão atualmente sendo utilizadas em diferentes domínios científicos – ciências da saúde, ciências da vida – o que torna difícil distinguir rigidamente o que poderia ser classificado como “ciências humanas” e o que estaria fora dessa classificação em áreas como a epidemiologia, a enfermagem, a educação física, a terapia ocupacional, entre outras. A meu ver, na verdade, o grande desenvolvimento, sofisticação e diversificação das técnicas de coleta de dados na área de humanas tem sido aproveitados com sucesso em outras áreas científicas.

Por esses motivos, e reconhecendo o pioneirismo da iniciativa da área biomédica no que diz respeito à ética na pesquisa, penso que é perfeitamente legítimo que cada área especifique os princípios que elege e os critérios que considera prioritários. Nesse sentido se justificaria a busca, no caso da comunidade científica da área geral das Ciências Humanas e da área particular das Ciências da Educação, de construção de seu projeto de normas e diretrizes éticas para o desenvolvimento da pesquisa científica. Mas sempre reconhecendo que a ética é universal, e a finalidade principal das Ciências Humanas deveria ser a humanização da vida, a formação de pessoas autônomas e que respeitam a dignidade do humano.

A ética sempre supõe a presença do outro. Segundo Piaget (1994), a moralidade só existe no mundo porque os seres humanos vivem em permanente interação uns com os outros, e é da dialética dessas interações (por vezes conflituosas) que nascem os princípios da boa convivência, os princípios éticos. A interação é conflituosa, segundo Antonio Severino (2014), porque a caminhada que tem de ser conjunta com o outro pode tornar-se uma ameaça para a própria identidade do eu em construção por conta das diferenças que emergem entre as pessoas, pois conflitos e o confronto das diferenças podem ameaçar continuamente a construção da identidade. A área da educação, especialmente, vivencia essas preocupações de forma aguda, pois trata especificamente de um processo interativo, por definição interindividual. A propósito, o autor observa que “cabe às Ciências Humanas demonstrar que toda bioética precisa ser, antes de tudo, uma antropológica” (Severino, 2014: 207).

Questões éticas suscitadas por métodos de pesquisa em educação

Consultando exemplares recentes de periódicos que publicam relatos de pesquisa em Educação – Educação em Revista (UFMG), Educação e Pesquisa (USP), Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), pode-se observar os métodos mais comuns na coleta de dados empíricos nessa área:

- uso de entrevistas em profundidade na produção de narrativas autobiográficas;
- uso de materiais visuais na pesquisa – fotografias e filmagens como registro de cenas objeto da investigação;
- realização de reuniões de grupo para coleta de dados de pesquisa (grupo operativo, grupo focal, conversação);
- uso de questionários sobre percepções, representações;

- uso de testes objetivos de avaliação da aprendizagem;
- testes de avaliação de artefatos e metodologias para a aprendizagem de disciplinas escolares;
- pesquisa-intervenção de natureza qualitativa – observação e análise dos processos cognitivos, socioafetivos ou grupais, durante sessões registradas em áudio e/ou vídeo.

A maioria desses métodos de coleta de dados empíricos foram inventados por pioneiros da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, especialmente nas áreas da Psicologia, Psicologia Social, Sociologia e Antropologia. Da área da Psicologia vieram os testes objetivos de medida das capacidades intelectuais e de características da personalidade, derivados do “método das perguntas” dos primeiros estudiosos da percepção e da inteligência. Nos primeiros laboratórios de Psicologia, os pesquisadores buscavam compreender a percepção, os sentimentos, a motivação para a ação e o pensamento humanos através de coleta de relatos empíricos, testemunhos dos sujeitos, que tomavam forma através de entrevistas abertas (as “perguntas”) ou através de questionários de respostas pré-determinadas. Também se faziam observações das ações dos indivíduos (crianças ou adultos), individualmente ou em grupo, buscando compreender a motivação do comportamento em diferentes situações sociais. Da clínica psicológica, nos trabalhos de psiquiatras e psicanalistas, vieram as técnicas de entrevistas que buscam fazer aflorar as motivações inconscientes e as pesquisas com narrativas de histórias de vida, visto que, na Psicanálise em especial, muitos processos psicológicos são tidos como determinados por eventos ocorridos nos primeiros anos de vida. Da Psicologia Social vieram os métodos de observação, coleta de dados e análise das atitudes e representações sociais, dos processos grupais e institucionais, com os objetivos de compreender como a presença real ou virtual de outrem pode influenciar a percepção, os sentimentos ou a cognição em seres humanos. À Psicologia Social experimental devemos muitas das técnicas de pesquisa com grupos que buscam o conhecimento sobre os efeitos da interação social e dos processos grupais – pressão de grupo, redes de sociabilidade, estruturas de status e de poder social – sobre as escolhas individuais. E da Sociologia vieram as pesquisas de opinião pública e os estudos sobre os efeitos da estrutura social sobre o comportamento individual ou coletivo. À Antropologia devemos as técnicas de observação participante e de imersão em culturas diversas, visando

compreender os padrões culturais e seus efeitos sobre os indivíduos a partir da dialética entre o olhar interno e o olhar externo à cultura.

Em todos esses casos, cada vez que era necessário conhecer a visão do sujeito sobre os fenômenos individuais ou coletivos, três formas de obtenção de dados se revelaram imprescindíveis: a observação (participante ou não), a entrevista e o questionário. São essas técnicas básicas de coleta de dados que vemos agora cada vez mais sofisticadas nas pesquisas empíricas em educação, que lidam na maior parte das vezes com seres humanos em interação. São foco das pesquisas as estruturas de comunicação e a linguagem; a estrutura, organização e produção dos grupos reunidos em salas de aula e em instituições educacionais; as hierarquias grupais, os processos de formação das lideranças e do poder social, a influência dos indivíduos uns sobre os outros, as dinâmicas dos conflitos e da formação do consenso, a emergência de papéis e normas sociais.

Na área da pesquisa sobre a escola, em especial, a pesquisa se ampliou e os temas pesquisados se diversificaram. O interesse pelos estudos dos processos educativos se aprofundou. Do foco maior nos fatores extra-escolares no desempenho de alunos, passa-se a uma maior atenção aos fatores intra-escolares (André, 2001). Prevaecem os estudos sobre o cotidiano escolar, o funcionamento dos currículos, as interações sociais na escola, as formas de organização do trabalho pedagógico, a aprendizagem da leitura e da escrita, as relações na sala de aula, a disciplina e a avaliação. O exame de questões genéricas, quase universais, vai dando lugar a análises de problemáticas localizadas, cuja investigação é desenvolvida em seu contexto específico.

Também os enfoques teóricos se ampliam e diversificam. Segundo Bernadete Gatti (2000), a propagação da metodologia de pesquisa-ação e da teoria do conflito no início dos anos de 1980, ao lado de um certo descrédito sobre as soluções técnicas na solução de problemas educacionais, fazem mudar o perfil da pesquisa educacional, abrindo espaço a abordagens críticas e tratamentos multidimensionais.

As últimas décadas também assistiram a uma mudança no contexto de produção dos trabalhos de pesquisa, as temáticas privilegiadas e as formas de desenvolvimentos desses estudos vêm sofrendo modificações. Se em décadas anteriores o interesse maior se localizava nas situações controladas de experimentação, do tipo laboratório, no período mais recente é o exame de situações "reais" do cotidiano da escola e da sala de

aula que constituiu uma das principais preocupações do pesquisador. Se o papel do pesquisador era sobremaneira o de um sujeito de "fora", nos últimos anos tem havido uma grande valorização do olhar "de dentro", fazendo surgir muitos trabalhos em que se analisa a experiência do próprio pesquisador ou em que este desenvolve a pesquisa com a colaboração dos participantes.

Cabe ainda mencionar um aspecto das pesquisas em Ciências Humanas, em especial em Educação, com impacto importante sobre as questões éticas. Trata-se do fato de que muitas de nossas pesquisas produzem construtos e conceitos que eventualmente são incorporados na linguagem cotidiana e em políticas sociais, contribuindo na construção de classificações e discriminações de determinados indivíduos ou grupos sociais. Essas classificações, por sua vez, podem gerar em "efeito de elo" (segundo o filósofo Ian Hacking), levando os indivíduos a se identificarem com os rótulos que os descrevem e a regular seu comportamento de acordo com eles. Por esse motivo também é preciso o cuidado com as questões éticas na pesquisa em ciências humanas. Segundo Gatti, "várias situações podem ser mencionadas em relação à pesquisa em temas de Educação, como a elaboração e o uso de indicadores educacionais, que, muitas vezes, derivam em sistemas de classificação de grupos e instituições, com repercussões relevantes em decisões de política educativa. O trabalho e divulgação de resultados de pesquisas baseadas na construção de dados quantitativos pode produzir, também, um conjunto de dilemas e de debates éticos que exigem reflexão." (Gatti, 2004, p. 12)

Concluindo

A breve análise das metodologias de coleta e análise de dados que tem sido utilizadas na pesquisa em Ciências Humanas, especialmente na área educacional, evidencia que são procedimentos comuns a diversas áreas científicas. Por outro lado, os processos psicossociais que são desencadeados por proposições científicas baseadas em dados de pesquisa são também comuns a diversas áreas. Assim, os cuidados com as questões éticas devem ser observados em todas as áreas que utilizam os procedimentos de pesquisa característicos das Ciências Humanas.

Na área específica da educação, cuidados especiais devem ser tomados quando os resultados da pesquisa podem produzir sistemas de classificação que eventualmente venham a produzir impactos na forma como as pessoas constroem sua identidade social.

Referências:

André, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. *Cadernos de Pesquisa* 113, julho 2001.

Gatti, Bernadete. Estudos quantitativos em educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004

Hacking, Ian. *Entre Science et réalité – la construction sociale de quoi?* Paris: La Découverte, 2001.

Monica de la Fare, Frederico Viana Machado, Isabel Cristina de Moura Carvalho. Breve revisão sobre regulação da ética em pesquisa: subsídios para pensar a pesquisa em educação no Brasil. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 247-283, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Doi: 10.5212/PraxEduc.v.9i1.0012.

Piaget, Jean. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus Ed., 1994.

Severino, Antonio J. Dimensão ética da investigação científica. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.9i1>